

STJ00108553

Glauber William Duarte
Sâmia Mônica Fortunato

**Juízo de
Admissibilidade
Recursal no
Novo CPC**

—

O parágrafo único do art. 932
como instrumento de combate
à jurisprudência defensiva

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

STJ00108553

Copyright © 2019 by Glauber William Duarte e
Sâmia Mônica Fortunato

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D812j

Duarte, Glauber William

Juízo de admissibilidade recursal no Novo CPC : o pa-
rágrafo único do art. 932 como instrumento de combate à
jurisprudência defensiva / Glauber William Duarte, Sâmia
Mônica Fortunato. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

128 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 111-119.

ISBN 978-85-519-1343-7

1. Processo civil - Brasil. 2. Código de Processo Civil de
2015. 3. Jurisprudência defensiva. 4. Prestação jurisdicional.
I. Fortunato, Sâmia Mônica. II. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
1 Considerações Introdutórias	5
2 O Recurso no Direito Processual Civil	7
2.1 Jurisdição	7
2.2 Ação	10
2.3 Processo.....	13
2.4 Procedimento	17
2.5 Direito Processual Civil.....	20
2.6 Princípios do Direito Processual Civil	21
2.6.1 Devido processo legal	22
2.6.2 Contraditório e ampla defesa.....	24
2.6.3 Legalidade	26
2.6.4 Dignidade da pessoa humana.....	27
2.6.5 Duplo grau de jurisdição.....	28
2.6.6 Cooperação e primazia do julgamento de mérito	29
2.7 Fundamentos à Existência de um Mecanismo Recursal.....	34
2.8 Conceito de Recurso	36
3 Elementos da Teoria Geral dos Recursos Cíveis	41
3.1 Princípios Recursais	41
3.1.1 Taxatividade.....	41

3.1.2 Singularidade	42
3.1.3 Fungibilidade	43
3.1.4 Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	45
3.1.5 Primazia do julgamento do mérito recursal.....	46
3.2 Os Recursos em Espécie e os Atos Sujeitos a Recurso.....	47
3.2.1 Os recursos cabíveis contra as decisões de primeiro grau de jurisdição.....	48
3.2.2 Os recursos cabíveis contra os acórdãos dos tribunais.....	51
3.2.3 Os recursos cabíveis contra as decisões de segundo grau que não são acórdãos.....	53
3.2.4 Os embargos de declaração	54
3.3 Distinção entre Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	56
3.4 Pressupostos Recursais de Admissibilidade	58
3.4.1 Pressupostos intrínsecos.....	59
3.4.1.1 Cabimento.....	59
3.4.1.2 Legitimidade e interesse recursal	61
3.4.1.3 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	64
3.4.2 Pressupostos extrínsecos.....	69
3.4.2.1 Tempestividade	69
3.4.2.2 Preparo	73
3.4.2.3 Regularidade formal	74

4 O Alcance da Norma Contida no Parágrafo Único do Art. 932 do Código de Processo Civil	77
4.1 O Relator e o Juízo de Admissibilidade Recursal.....	77
4.2 A Norma Contida no Parágrafo Único do Art. 932	80
4.2.1 Contextualização	80
4.2.2 Conteúdo: deveres de prevenção e de consulta, princípio da primazia do mérito e direito subjetivo à correção do vício e à complementação da documentação exigível	84
4.3 Sanabilidade dos Pressupostos de Admissibilidade Recursal.....	89
4.3.1 Sanabilidade em abstrato dos pressupostos intrínsecos.....	90
4.3.2 Sanabilidade em abstrato dos pressupostos extrínsecos	93
4.3.3 Sanabilidade em concreto dos pressupostos de admissibilidade recursal.....	100
4.4 Breves Apontamentos sobre o Estado da Questão no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	101
5 Considerações Finais	105
Referências	111